

PRONUNCIAMENTO DO DESEMBARGADOR GILSON SOARES LEMES POR OCASIÃO DE SUA POSSE NO CARGO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

SAUDAÇÕES.....

PERMITAM-ME QUE MINHAS PRIMEIRAS PALAVRAS SEJAM DE AGRADECIMENTO, POIS NENHUM DEVER É MAIS IMPORTANTE QUE A GRATIDÃO:

AGRADEÇO A DEUS por ter sido tão generoso comigo, concedendo-me **o dom da vida**; dando-me **disposição** para vencer tantos obstáculos ao longo de minha jornada; **força** para o trabalho; **saúde** para driblar inúmeros males; **sabedoria** para o aprendizado necessário; **paciência** para os momentos de indefinição; **discernimento** para compreender o que eu não posso mudar e, principalmente, **uma inabalável fé**, para que eu pudesse sempre acreditar que o caminho do bem, da verdade e do amor é o único acesso à paz de espírito, o único instrumento para se chegar à felicidade plena.

Obrigado, Senhor! Jamais imaginaria, em qualquer sonho, que aquele menino de família humilde, nascido na bucólica Coromandel e que labutou desde os sete anos com os pais para o sustento e os estudos, pudesse ser empossado em tão nobre cargo - chefe do Poder Judiciário mineiro, do qual tanto me orgulho. Presidente do segundo maior Tribunal do país.

Com toda certeza, posso afirmar que tenho muito mais do que eu preciso e cheguei muito além do que mereço.

AGRADEÇO AOS MEUS PAIS, JOAQUIM SOARES LEMES, que não pôde se deslocar para este evento por recomendações médicas, mas nos

assiste pelo facebook do Tribunal, e HELENA CONCEIÇÃO LEMES, minha saudosa mãe, que hoje nos vê e nos ilumina de outra dimensão.

Obrigado, meu pai, obrigado, minha mãe, pela educação que me deram, pela minha formação, pelo sustento, pelo carinho e pelo amor. Obrigado pelo árduo trabalho, exercido durante dias e noites, de forma humilde e honesta, para que todos os filhos pudessem ser vencedores nesta vida, apreendendo os princípios relativos ao valor do trabalho, da retidão e da generosidade. Lembro-me, como se fosse hoje, das dificuldades que passamos para que todos os irmãos pudessem estudar, sempre em escolas públicas, e ter uma formação superior. Não foi fácil. Sintam-se, pois, realizados, pois cumpriram uma árdua missão e deram aos filhos uma vida digna, com muito carinho e muito amor. Que Deus os recompense em abundância, pois tudo que nós fizemos por vocês, nesta vida, foi, com certeza, muito pouco.

AGRADEÇO a toda minha família, sempre muito unida e sempre solidária. Apoiaram meus atos, perdoaram meus erros, assistiram a meus tropeços e me deram a mão para eu me levantar sempre que foi preciso. Encorajaram-me nos momentos mais difíceis e vibraram com todas as vitórias que alcancei. Hoje, comparecem aqui poucos familiares, em razão da pandemia que assola nosso país, mas agradeço a todos, indistintamente, mas especialmente a meus irmãos queridos aqui presentes, NILDA E GELSON SOARES. Vocês são maravilhosos. E aos irmãos que não puderam vir, JOSÉ E JOÃO SOARES, também, dois parceiros na vida, muito obrigado e Deus os abençoe.

Faço um AGRADECIMENTO MUITO ESPECIAL AOS MEUS FILHOS ANA CAROLINA E GILSON JÚNIOR. Vocês são o melhor de mim, vocês sintetizam a minha realização, a minha alegria. Lembro-me de quando estudava para os concursos para Promotor de Justiça e depois para



a Magistratura: tirava sempre alguns minutos para brincar com vocês e hoje, às vezes, ainda encontro nos livros da época o desenho de suas mãozinhas feito com caneta sobre aqueles textos doutrinários. É a pura emoção sobre a razão. Como ensina Guimaraes Rosa: “(...) tem horas antigas que ficam muito mais perto da gente do que outras, de recente data”. Vencemos, meus filhos, várias etapas, e sei que essa vitória é nossa, pois vocês estudaram comigo, sentiram as dificuldades de cada momento, fizeram júris e audiências comigo e foram sempre exemplos de filhos, com um companheirismo invejável, além da grande lealdade, do carinho e do amor infinito.

Gratidão eterna. Eu amo vocês.

AGRADEÇO MINHA COMPANHEIRA, ALINY, e ao GUGA, que há quase dois anos passaram a integrar minha vida, e trouxeram muito amor e carinho para nosso convívio. Obrigado, Aliny, por sua paciência comigo, obrigado por seu carinho e por seu amor, e obrigado pelos conselhos e pelo incentivo, imprescindíveis para a caminhada para a Presidência do Tribunal. Amo você.

TAMBEM QUERO AGRADECER muito aos meus queridos AMIGOS, presentes e que nos assistem pela TV, que tanto contribuíram para essa caminhada; aos meus colegas Juízes, assessores, ao Alexandre e à Ludmila, aos servidores, sempre fieis, bem como aos familiares e amigos dos demais empossados, que hoje comparecem nesta solenidade para nos prestigiar, sabendo que é momento ímpar na vida de cada um de nós. Vocês representam nossa alegria e nosso orgulho neste momento. Obrigado.

AGRADEÇO, por fim, às desembargadoras e aos desembargadores que prestigiam este momento solene. Obrigado pelo voto de confiança, elegendo-me para tão honroso cargo, atribuindo-me uma missão que terei prazer em exercer, mesmo sabendo ser de um alto grau de dificuldade,



notadamente pelo momento que atravessamos. Abro, aqui, parênteses para cumprimentar, de forma respeitosa e solidária, aos familiares dos saudos Desembargadores Adilson Lamounier, Edson de Almeida Campos Jr. e Tarcísio Jose Martins Costa, que nos deixaram há poucos dias.

Assim, demonstro, publicamente, minha gratidão.

Peço licença, antes de iniciar minha fala propriamente dita, para parabenizar a todos os Desembargadores que deixam, neste momento, os cargos de Direção: Des. Nelson Missias de Moraes, Des. José Afrânio Vilela, Des.^a Áurea Maria Brasil Santos Perez, Des.^a Mariangela Meyer Pires Faleiro, Des. José Geraldo Saldanha da Fonseca e Des. Jayme Silvestre Correa Camargo. E dou meu testemunho, em razão do cargo que exerci, de Superintendente Administrativo Adjunto, que todos trabalharam de forma incansável, sempre com muita diligência e competência para uma gestão firme e profícua em favor de todos os jurisdicionados, operadores do direito, magistrados, servidores e colaboradores. Minha admiração e meu respeito a todos vocês.

Inicia-se, agora, uma nova fase, uma nova gestão, com outros homens, outras ideias e com novos projetos a serem implementados. Saúdo, aqui, com muita emoção, os membros dessa nova Diretoria, a qual terei o prazer de integrar, composta por magistrados dignos, competentes, experientes e, acima de tudo, com o escopo firme de continuar a gestão vitoriosa que nos foi entregue neste ato. Meus cumprimentos, Des. José Flávio de Almeida, Des. Tiago Pinto, Des. Newton Teixeira de Carvalho, Des. Agostinho Gomes de Azevedo, Des. Edison Feital Leite. Tenho certeza que teremos uma gestão coesa, com muito trabalho, muita dedicação e harmonia, e haveremos de alcançar bons resultados. Que Deus nos abençoe.

Deixo hoje o cargo de Superintendente Administrativo Adjunto da Administração 2018/2020, que foi presidida pelo eminente Des. Nelson



Missais de Moraes. Sinto-me honrado e gratificado por ter participado efetivamente de sua Administração, pois foram dois anos de muito trabalho, muitos obstáculos, mas com excelentes resultados. Conforme foi demonstrado nesta sessão, temos que aplaudir a gestão que ora se encerra, haja vista os extraordinários avanços obtidos para magistrados, servidores e todos os operadores do Direito.

Foram progressos como a criação de três Câmaras neste Tribunal; a instalação de inúmeras Varas Judiciais na primeira instância; mais de cinquenta obras iniciadas para a construção de fóruns no interior, sendo que vinte e quatro delas já foram inauguradas; a implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJE em cem por cento das Varas Cíveis do Estado; a realização de concurso e posse de mais de cem novos juízes de Direito; a posse de servidores e a implementação de benefícios para a categoria; a implantação de diversos projetos de responsabilidade social, enfim, foram tantas as conquistas que ficaríamos aqui muito tempo para elencá-las.

Deve ser registrado, contudo, o esforço sobre-humano para que todas essas medidas fossem executadas. Portanto, meu caro amigo, Des. Nelson Missias, deixei para fazer esse agradecimento em separado, de forma especial, pois é necessário este capítulo, em sua homenagem. Temos que deixar registrado nos anais do nosso Tribunal de Justiça que V. Excelência conduziu a Casa com muita competência, muita coragem e dinamismo, buscando sempre o melhor para o Poder Judiciário e seus jurisdicionados, com uma visão de homem público, trabalhando em harmonia com os demais Poderes e Instituições Públicas. Receba meus sinceros cumprimentos e meu agradecimento por tudo que fez, e tenha certeza absoluta de que cumpriu de forma plena e exitosa a missão que lhe foi confiada.

Pausa



Agora, inicia-se uma nova gestão, exatamente quando se inaugura um novo tempo, em face do momento conturbado para todos nós, com um problema seriíssimo para a saúde pública, retratado na presença do novo coronavírus em nosso meio, e diante de grandes divergências entre as autoridades públicas sobre as medidas mais adequadas para o bem da população. Em meio a essa pandemia e em razão dela, emerge uma crise econômica avassaladora, talvez uma das mais graves de toda a história, com alto índice de desemprego, queda da produção, do comércio e dos negócios em geral, sem oportunidades para novos empreendimentos.

Como se não fosse suficiente, nosso país vive, ainda, momento de desacertos entre os Poderes da República, repercutindo de forma direta no desenvolvimento e na recuperação econômica, causando a agonia de milhões de brasileiros.

Quero me solidarizar com todas as pessoas que estiveram ou ainda estão com problemas de saúde em razão do vírus, com as famílias que perderam entes queridos e com aqueles que sofrem com os efeitos nefastos da crise econômica. Que Deus nos proteja a todos.

Estamos em tempo de travessia e não teremos tarefa fácil pela frente, pois, antes de tudo, temos preocupação com a saúde de todos. No entanto, não podemos paralisar totalmente nossas atividades, prejudicando a solução de conflitos e impasses que travam nosso desenvolvimento e deixam aflitos e angustiados os demandantes e seus patronos. O que fazer?

Pois bem, como diria o Professor Fernando Teixeira de Andrade: “Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.



Portanto, vamos buscar novos caminhos para a prestação jurisdicional com a razoável duração do processo. Neste momento, o nosso Tribunal de Justiça tem envidado todos os esforços para que haja uma prestação jurisdicional contínua e célere, mesmo que de forma remota, evitando-se maiores prejuízos aos jurisdicionados. Durante o período de isolamento social, com o trabalho em *home office*, foram executados mais de 17 milhões de atos processuais, com a produção de mais de 700 mil sentenças e decisões, que não poderiam aguardar o retorno das atividades presenciais.

Uma das metas de nossa gestão é exatamente implementar novas tecnologias, adaptando os sistemas, que são acessados de forma local e apenas na rede interna, para serem utilizados via internet, com uma expansão da política de acesso remoto, utilizando-se o poder da “nuvem” para que possamos ganhar em escala, de acordo com a necessidade da administração, criando-se “máquinas virtuais”, cada uma com o perfil adequado a seu usuário, garantindo o acesso permanente aos sistemas do Tribunal de qualquer ponto do planeta e de vários tipos de dispositivos, móveis ou não, bastando que haja uma conexão com a internet.

Além dos avanços tecnológicos, cumpre-nos dar continuidade aos projetos de atual administração, como o prosseguimento da construção de inúmeros fóruns, proporcionando melhores condições de trabalho a magistrados, servidores e demais operadores do direito; o fortalecimento do programa Integridade do Tribunal de Justiça, com transparência em todas as negociações; a garantia de segurança aos magistrados e servidores para o exercício de nossa atividade; a otimização do funcionamento dos diversos Programas do Tribunal, como o Novos Rumos, o Pontualidade, o combate à violência doméstica, além de programas e ações de responsabilidade social.

Asseguro aos magistrados, que muitas vezes ficam esquecidos nos rincões das nossas Minas Gerais, que buscarei melhores condições de trabalho e de segurança, e trabalharei de forma incessante na defesa inabalável do Poder Judiciário e das prerrogativas da magistratura do Estado de Minas Gerais, atuando em nível estadual e federal, enaltecendo o papel da instituição na defesa da democracia e dos direitos individuais.

Dirijo-me, também, aos queridos servidores do todo o Estado para assegurar-lhes que tenho conhecimento das dificuldades enfrentadas no exercício de suas atividades, muito em razão de inúmeros cargos vagos, em face da limitação orçamentária, mas me comprometo a buscar soluções e trabalhar para que tenhamos reposição e, ainda, continuidade na melhora das condições de trabalho.

Destaco que o aperfeiçoamento e a modernização do Poder Judiciário mineiro são duas das prioridades da nossa gestão, em uma busca contínua pelo aprimoramento dos processos internos, objetivando a modernização administrativa e o conseqüente aumento da produtividade e da qualidade dos serviços prestados à população.

Dentre tantas ações, uma das mais importantes, que aqui, em nosso Tribunal, temos como um dogma, e na verdade o é, pois se trata de cláusula pétrea da Constituição da República, restringe-se em respeitar a separação dos poderes, permitindo-se e exigindo-se que cada poder exerça e limite-se à sua função definida na Carta Magna.

Como já registrou o Ministro e Ex-Presidente do STF, o mineiro Sepúlveda Pertence: “...só há um ponto fora da discussão possível para nós: o da independência do Poder Judiciário, da qual emergem, afora a liberdade de julgar, os atributos fundamentais do seu auto-governo, que visam a assegurar-lhe concretamente e só se podem sujeitar aos limites ditados pelos



freios e contrapesos do regime constitucional intocável da separação dos poderes.”

Desde a teoria da separação dos poderes do filósofo iluminista Montesquieu, redefiniu-se o poder do Estado, de forma que este passasse a ser limitado, e, em decorrência, criou-se o sistema de freios e contrapesos, onde há a limitação e o controle entre os poderes.

Lembramos aqui da frase atribuída ao grande mineiro, Milton Campos, “aonde houver um palmo de chão limpo, as pessoas de bem haverão de se encontrar para construir. Construir caminhos que possam melhorar a vida e ampliar as oportunidades daqueles que mais precisam.”.

Devemos construir caminhos, construir pontes, nunca muros; a História, com “H” maiúsculo, já mostrou que a união dos povos, a união das pessoas, é o melhor caminho para uma sociedade mais fraterna e igual. Pensar diferente, discordar, ter outra visão de mundo, isso não significa que somos inimigos! Não precisamos odiar quem pensa diferente de nós. Precisamos de pontes. Assim é viver em sociedade: o ser humano é gregário! Como dizia Tancredo Neves, não são os homens, mas as ideias que brigam.

Para a construção de pontes, é de vital importância a interlocução direta com o Executivo e o Legislativo do Estado, garantindo-se o respeito, a independência e harmonia dos poderes, com uma postura inarredável pela garantia da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário.

Em Minas Gerais, posso garantir, pela convivência que tenho com os demais chefes de poderes, amigos Governador Romeu Zema e Presidente Agostinho Patrus, não se admite e não há risco de qualquer interferência ou intromissão nas funções estatais definidas na Carta da República. Vigem a



harmonia, com diálogo aberto e franco, possibilitando a cooperação para o funcionamento perfeito do Estado.

Da mesma forma, buscarei a interlocução e o melhor relacionamento possível com o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Tribunal de Contas e todas as instituições interligadas ao sistema de justiça. Todos esses órgãos e poderes não têm outro propósito de existência a não ser garantir a paz e o bem comum, portanto, o desgaste nos relacionamentos prejudica o exercício de nossas funções. De minha parte, saibam que o Poder Judiciário estará sempre cumprindo sua função constitucional sem nenhum desvio ou excesso.

Afirmo ao povo mineiro, que nos assiste pelas mídias digitais e pela TV Assembleia, que teremos uma busca contínua pela qualidade, governança, estratégia e planejamento na tomada das decisões afetas ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, como regras da boa administração pública.

Nesse ponto, gostaria de enfatizar o Programa de Integridade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nosso *compliance*, um conjunto de ferramentas, políticas e ações que têm o escopo de manter a Instituição em conformidade com os princípios constitucionais e as regras legais. É o primeiro em implantação no Poder Judiciário brasileiro e dará a maior segurança e transparência possíveis aos atos administrativos e negociais do Tribunal, com absoluta retidão e ética.

No Estado de Direito em que vivemos, deve a Constituição da República ser o nosso norte, pois não vivemos em um Estado de privilégios, de compadrios. Assim será minha labuta diária na Administração do segundo maior Tribunal do país: uma gestão republicana, democrática e ética.

Registro que há de ser preservado o Estado Democrático de Direito, sendo que o regime democrático não pode ser tocado, pois nele se inserem dogmas constitucionais que permitem que as pessoas tenham o mesmo direito e que o indivíduo seja respeitado e exerça plenamente sua cidadania.

Como afirmou Winston Churchill, “Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. Tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos”.

Assim, qualquer pessoa capaz pode, desde que tenha a ficha limpa, candidatar-se e ocupar um cargo eletivo, passando a administrar ou a legislar para os cidadãos. Contudo, da mesma forma que lhe foi possível o acesso às funções de Estado, compete-lhe, em respeito à mesma regra, cumprir fielmente os ditames constitucionais de freios e contrapesos.

Temos uma Constituição que garante o Estado Democrático de Direito e ela tem sido e continuará sendo respeitada, competindo sua guarda ao Poder Judiciário. O regime democrático garantido pela Carta Cidadã de 1988 criou mecanismos de defesa, sendo que o fortalecimento das instituições nos tranquiliza contra discursos exacerbados. Ouso dizer, sem medo de cometer um arroubo de retórica, que a democracia passa por um Judiciário forte, independente, altivo e preparado.

Caríssimos membros do Poder Judiciário, não podemos nos calar, tampouco temer qualquer investida contra nossa independência, sob pena de negociarmos com a manutenção do regime democrático. Fico com a famosa frase do líder negro Martin Luther King Jr.:

“O que me preocupa não é o grito dos maus e sim o silêncio dos bons...”

A prosperidade do nosso país passa pela democracia e cidadania, temas centrais para um país mais justo, mais próspero, mais fraterno, pluralista e sem preconceitos, conforme dita o preâmbulo da Constituição Federal.

Para tanto, necessário ainda o fortalecimento das instituições voltadas para a pacificação e o bem comum, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia. E digo mais, que se preserve uma imprensa independente e livre, pois isto é ponto central para o sucesso do regime democrático. Sem uma imprensa livre não lograremos êxito em construir uma sociedade democrática, fraterna e igualitária.

Daí surge a importância do combate firme e duro às “*fake news*” ou “notícias fraudulentas”, verdadeira técnica de desinformação da sociedade. “*Fake News*” não têm espaço em um regime democrático, não se confundem com liberdade de expressão, tema tão caro em uma democracia.

A liberdade de expressão passa a quilômetros de distância de atos criminosos. Delitos contra a honra jamais encontrarão guarida no regime democrático. Rememoro um famoso voto da Suprema Corte dos Estados Unidos, que guarda estrita relação com a verdadeira importância da liberdade de expressão:

“...se há algum princípio da Constituição que deva ser imperiosamente observado, (...), é o princípio que consagra a liberdade de expressão do pensamento, **mas não a liberdade do pensamento apenas em favor daqueles que concordam conosco, mas, sim, a liberdade do pensamento que nós próprios odiamos e repudiamos.**”

Portanto, caríssimos magistrados, servidores, autoridades e amigos, é necessário entender que a Constituição é superior a todos os atos do Poder Público e superior a todas as instituições, e, com esta ideia em mente, não corremos nenhum risco de sobressaltos em nosso regime democrático.

Advirto, assim como advertiu o eminente Deputado Federal Ulysses Guimarães: “traidor da Constituição é traidor da Pátria.”

Com essas modestas palavras, quero deixar registrados nossa admiração e nosso respeito por todos aqueles que defendem e lutam pelo regime democrático e por uma sociedade justa, fraterna e solidária. Saibam que estaremos firmes, no comando do Judiciário mineiro, sempre em defesa da ordem jurídica e do regime democrático, sem temer ataques e notícias falsas.

Venci muitas dificuldades na vida, com muita fé e sem me desviar do caminho do bem, assim não temo nenhuma bravata. Como diria Bráulio Bessa, quem é nascido do sol, não definha no calor.

Agradeço, de coração, a todos e encerro com as palavras de Augusto Cury, que se encaixam em nosso perfil; “Construí amigos, enfrentei derrotas, venci obstáculos, bati na porta da vida e disse-lhe: Não tenho medo de vivê-la.

Muito obrigado.